

CATALOGAÇÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL: do catálogo de fichas ao Consórcio Eletrônico de Bibliotecas

Luciana Grings
Coordenadora de Serviços Bibliográficos
Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)
Av. Rio Branco, 219 – 3. andar
20040-008 Rio de Janeiro/RJ – Brasil
e-mail: lugrings@bn.br

Resumo: No século XIX, a catalogação na Biblioteca Nacional do Brasil era deficiente, sem regras fixas e sem pessoal suficiente para ser corretamente elaborada. Por conta destes problemas, os catálogos foram refeitos diversas vezes, gerando custos desnecessários. No século XX, a adoção do código da ALA foi um grande passo rumo ao compartilhamento de recursos. O passo definitivo foi a entrada da Biblioteca no projeto Calco, que forçou a troca de código de catalogação mas permitiu o compartilhamento de recursos. Já às portas do século XXI, a Biblioteca Nacional cria o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas, para apoiar os projetos de automação dos acervos de bibliotecas em todo o país.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional (Brasil). Catalogação. Cooperação entre bibliotecas.

No decorrer do século XVI, a disseminação da imprensa e o conseqüente crescimento da atividade de edição de livros deram ao bibliotecário moderno mais uma função: a de inventariar os produtos desse mercado. Armazenados em scriptoria, bibliotecas ou simplesmente em salas de leitura, os acervos foram progressivamente desafiando a capacidade inventariante de seus detentores, na medida em que cresciam mais e mais. Os custos de manutenção e processamento destes acervos também cresciam, logicamente: mais livros requeriam mais espaço, mais material e mais profissionais para dar-lhes o tratamento adequado. Da necessidade de arrolar e descrever os itens existentes nas coleções surgiram os catálogos de bibliotecas, e da constante manipulação dos catálogos pelos bibliotecários de todo o mundo apareceu o desejo de compartilhar suas informações. Para tanto, começaram os esforços de criação de catálogos coletivos, com o propósito final de reunir a produção bibliográfica em níveis nacional e mundial – ideia que foi rapidamente inviabilizada pelo volume de informação impressa cada vez maior.

A ideia de compartilhar recursos veio ao encontro de uma grande aspiração da Biblioteconomia: a criação de um mecanismo de monitoramento de publicações, a fim de

promover a economia de recursos, em geral escassos nas áreas da cultura e educação. Quatro séculos depois de Gutenberg, nasceu o programa Controle Bibliográfico Universal (CBU), uma parceria entre a Unesco e a IFLA iniciada nos anos 1970 e cujo objetivo primordial é o de reunir as bibliografias nacionais em um grande repositório de dados bibliográficos.

Iniciativas no sentido inverso têm sido empreendidas para promover não só a economia dos recursos das bibliotecas menores, mas também para facilitar sua participação no projeto de cooperação global de dados. Assim, criam-se grandes redes de cooperação técnica e intercâmbio de dados, principalmente na área de catalogação. Distribuídas basicamente em redes de catalogação cooperativa e catalogação centralizada, as redes para intercâmbio dos dados tem crescido com o apoio fundamental dos recursos da Internet.

No Brasil, apesar do pioneirismo biblioteconômico ser de uma instituição bicentenária – a Biblioteca Nacional – as primeiras iniciativas formais de estruturação de redes de informação e compartilhamento de recursos de catalogação remontam à década de 40, com o SIC (Serviço de Intercâmbio de Catalogação), passando pela Rede Bibliodata e culminando atualmente nas diversas redes, organizadas de acordo com critérios que variam desde o software usado para a automação da biblioteca (caso, por exemplo, da Rede Pergamum, que congrega as bibliotecas usuárias deste software) até a especialidade dos acervos (como a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional – RVBI). Sob a gerência da Fundação Biblioteca Nacional, existe também uma rede, chamada Consórcio Eletrônico de Bibliotecas, que compartilha os recursos dos catálogos da FBN através da Internet. A seguir, veremos como a Fundação Biblioteca Nacional percorreu as trilhas do processamento técnico, em especial da catalogação, para chegar ao século XXI como instituição referencial em informação bibliográfica.

Catalogando ainda no século XIX

Contou em 1897 o então Diretor da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Mello, que, até 1873, não se tinha dos impressos da Casa “mais do que inventario summarissimo e incompleto, si não mesmo desordenado” (Biblioteca Nacional, 1897, p. 232). Na seção especializada de Manuscritos a situação era melhor, e já no primeiro número dos “Anais da Biblioteca Nacional”, em 1876, o serviço de catalogar no âmbito da maior biblioteca da América Latina fez-se presente. Alfredo do Valle Cabral, funcionário daquela seção, fez constar uma “relação dos mappas, chartas, planos, plantas e perspectivas geographicas, relativas á América Meridional, que se conservam na secção de mss.

[manuscritos] da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro”. Se não era um catálogo no formato que o conhecemos hoje, a lista de Cabral era uma demonstração muito clara da necessidade de inventariar e divulgar o acervo da instituição: descrevendo as peças “por partes de cada porção de nosso território”, Cabral tinha muito claros os objetivos de sua tarefa. Para ele, a publicação estava “vulgarizando o conhecimento d’estas fontes preciosas, que ignoradas como até agora o-têm sido, apenas serviram e servem a mui poucos” (Cabral, 1876-77, p. 322).

A iniciativa de Ramiz Galvão de cumprir o Regulamento da Biblioteca e publicar os Anais coincidiu com grandes avanços na área biblioteconômica em nível mundial. Foi no mesmo ano de 1876 que ocorreram a criação da American Library Association (ALA) e o lançamento da Classificação Decimal de Dewey (CDD), para ficarmos em apenas dois exemplos. Nesta época, a semente da ideia da catalogação cooperativa já estava plantada e germinando em alguns bibliotecários, em especial no mundo anglo-americano (Barbosa, 1978). O objetivo já era o de economia de tempo e de recursos, a partir do compartilhamento das fichas catalográficas produzidas por cada biblioteca integrante de uma rede. Apesar de não conhecermos a data de início do uso do catálogo em fichas na Biblioteca Nacional, Bettencourt (2011) assinala que também em 1876 a Biblioteca já contava com o fichário.

A despeito de em 1883 a Biblioteca Nacional ter publicado o seu “Plano do catalogo systematico”, este não tratava propriamente da representação descritiva das obras: era uma tábua de classificação adaptada do sistema de Brunet para as necessidades da biblioteca. Este é um bom exemplo de como, nesta época, as tarefas de catalogação e classificação se confundiam numa só.

Alguns anos depois, com o advento da publicação dos Relatórios da Diretoria apenas aos Anais, percebe-se a importância dada pela Diretoria da Biblioteca Nacional à atividade catalogadora. Em todos os relatórios, a estatística de produção dos catalogadores esteve presente, informando quantas fichas eram extraídas das obras inseridas no acervo. No trecho abaixo, extraído de resumo histórico publicado no Jornal do Commercio em 1896 e reproduzido nos Anais da Biblioteca, verifica-se a divulgação dos dados:

Nos catalogos de impressos trabalha-se constantemente na Bibliotheca: são dous, um alphabetico, distribuido em cartões volantes, que serve à sala publica de leitura; outro, systematico, iniciado pelo dr. Ramiz Galvão, vai a bom caminho, ajuntando-se diariamente para elle os materiaes necessarios; falta porem discriminall-os convenientemente. (Biblioteca Nacional, 1897, p. 233)

Catálogo no século XX

Entretanto, não foi por ser uma Biblioteca Nacional que a instituição escapou das dificuldades em executar seus serviços. Ao longo dos anos, repetidamente os Diretores da Biblioteca manifestaram problemas para manter seus catalogadores trabalhando, principalmente no que refere a questões orçamentárias e de espaço físico, além da falta de equipes dedicadas ao atendimento dos usuários. Em 1902, em decorrência destes problemas, relatou-se a interrupção da confecção das fichas de assunto,

devendo convergir os esforços do pessoal [...] no sentido de ter andamento rápido a organização do catálogo alfabético, reduzidas ao estritamente necessário as referências de assunto e assinalada em todos os cartões que se forem preparando a circunstância de não lhes corresponderem bilhetes sistemáticos. (Biblioteca Nacional, 1903, p.317)

Ainda assim, esta condição de trabalho acabou por privilegiar a catalogação em detrimento da novidade da classificação decimal: queixava-se o então diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva que a catalogação alfabética estava atrasada e não o permitia iniciar a classificação sistemática, “uma das maiores necessidades da Biblioteca” (Biblioteca Nacional, v. 25, p. 336).

Em 1918, empreendeu a Biblioteca uma revisão dos catálogos, batizada de “nova catalogação”, cujo objetivo era constituir

um duplo catálogo de autores e assuntos, uniforme e expurgado dos defeitos adquiridos pelos antigos; inclusão nos mesmos de obras cujas fichas, nos antigos catálogos, por qualquer motivo se haja extraviado e que tenham estado por isso segregadas da consulta; descoberta e inclusão nos novos catálogos de obras por qualquer motivo deslocadas no correr dos anos e que ainda tem nos antigos, sem prestar serviços à consulta, as fichas correspondentes; descoberta, quando concluída a nova catalogação, de obras que por qualquer motivo tenham desaparecido ou tenham tido baixa das coleções; contagem, por obras e volumes, dos exemplares existentes [...], tornando-se desse modo possível o catálogo topográfico, de indeclinável necessidade, e que deverá acompanhar, mal se possa, os catálogos destinados à consulta. (Biblioteca Nacional, 1919-20, p. 311)

Percebe-se que a falta de um método rígido que doutrinasse a catalogação acabava por sacrificar a consulta aos catálogos, eivados de “defeitos”. Com efeito, os códigos de

catalogação só vieram a se desenvolver plenamente em meados do século XX; antes disso, de modo geral cada instituição era responsável por suas próprias regras. Na Biblioteca Nacional, a adoção de códigos de catalogação de aceitação internacional só veio a ocorrer a partir da década de 40. Em pesquisa nos relatórios da instituição, conseguimos identificar a adoção dos códigos da American Library Association (ALA), o AACR (Anglo-American Cataloging Rules) e o AACR2.

O Código da ALA foi adotado na BN por iniciativa de Rubens Borba de Moraes (Bettencourt, 2011), intelectual bibliotecário com atuação de forte cunho modernista. Suas ideias ajudaram a implantar um novo modelo na formação bibliotecária, afastando-se da erudição própria do ensino tradicional dos cursos da BN e aproximando-se do padrão americano, mais tecnicista e prático – daí a adoção de um código americano ao invés de outro dito “superior” (Barbosa, 1978, p. 40), mas de aplicação francamente europeia como o Código da Biblioteca Vaticana. A participação da Biblioteca Nacional no desenvolvimento do Projeto Calco, no início dos anos 70, foi determinante para a adoção de um novo código de catalogação: o AACR. Seu sucessor, o AACR2, virou o padrão de descrição bibliográfica na BN já em 1982, e sua adoção se deu quando da entrada da BN na Rede Bibliodata. Na próxima seção veremos como se deu a operacionalização deste projeto.

Compartilhando informações: catalogação cooperativa/centralizada

De acordo com Barbosa (1978), a defesa mais contundente em prol da necessidade de criação de um programa efetivo de catalogação cooperativa e centralizada deu-se num discurso de Melvil Dewey, fundador da ALA e autor do mais usado sistema de classificação decimal até hoje, na Conferência da ALA de 1901. Seus argumentos eram, evidentemente, calcados nas vantagens da padronização de processos, no aperfeiçoamento dos sistemas de catalogação e na economia de recursos para todas as bibliotecas. Com a aceitação da ideia, criou-se o primeiro serviço de catalogação centralizada, sediado na Library of Congress (LC), detentora do maior acervo do mundo. Este serviço persiste até hoje, servindo de modelo para inúmeros outros e facilitando enormemente a pesquisa bibliográfica em âmbitos verdadeiramente globais – uma cortesia da efetividade das redes, em especial da Internet. A LC disponibiliza online seus catálogos bibliográficos, de autoridades e de terminologia, se colocando como instituição referencial para serviços bibliotecários no mundo todo.

O compartilhamento de informações bibliográficas da Biblioteca Nacional já tinha sido realizado entre 1886 e 1888, período em que o bibliotecário João Saldanha da Gama organizou a publicação do Boletim das Aquisições mais Importantes feitas pela Bibliotheca Nacional. De periodicidade trimestral, esse Boletim é considerado um embrião do que veio a ser o início oficial da bibliografia brasileira: foi em 1918, quando a Biblioteca passou a publicar o Boletim Bibliográfico – a contrapartida legal da BN ao depósito legal das publicações brasileiras. A intenção do Boletim era das mais nobres: visava ser “o registro completo da atividade intelectual do Brasil” (Biblioteca Nacional, 1919-20, p. 292). Entretanto, as proporções continentais do país, em conjunto com diversos outros fatores, levaram ao não-cumprimento integral do Depósito Legal e, em consequência, os registros do Boletim não puderam ser tão completos quanto o Diretor gostaria. Esta primeira fase da publicação também teve vida curta, e encerrou-se em 1921, para ser retomada dali a dez anos como parte do Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública (Bettencourt, 2011).

O passo mais importante no rumo da cooperação bibliotecária em nível nacional deu-se em 1942, por iniciativa de Lydia de Queiroz Sambaquy. Recém-chegada de uma visita à LC, onde teve contato com o já citado sistema de catalogação centralizada, Lydia planejou o SIC – Serviço de Intercâmbio de Catalogação – para “integrar as bibliotecas brasileiras num único sistema de geração e distribuição massiva de metadados, mantido através de um mínimo alinhamento técnico entre elas” (Oddone, 2004, p. 84). O sistema operou durante trinta e um anos e, se não foi melhor sucedido, foi por conta da resistência de muitos bibliotecários em compreender a importância de uma padronização e critérios seguidos à risca (Oddone, 2004); afinal, como já vimos, a praxe era que cada unidade de informação tivesse suas próprias regras e políticas.

O sistema funcionava da seguinte maneira: as bibliotecas cooperantes enviavam suas fichas catalográficas para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que se encarregava de revisá-las e encaminhá-las para impressão (a cargo do Departamento de Imprensa Nacional). Em troca, recebiam fichas produzidas pelas demais bibliotecas cooperantes. Além disso, poderiam adquirir mediante compra fichas excedentes à sua “cota” permutada. Usuária do Código da ALA, a Biblioteca Nacional usava este argumento – o da incompatibilidade de padrões descritivos – para não participar da rede de bibliotecas, que catalogavam majoritariamente pelo Código da Vaticana. Esta sistemática funcionou até que o crescimento do sistema obrigou a sua transferência para o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Com os ventos da automação soprando sobre os processos biblioteconômicos

também no Brasil, o SIC acabou sendo extinto em 1973, dando lugar ao Projeto Calco. Na ocasião, o Sistema contava com mais de 200 bibliotecas cooperantes em todo o país.

O Projeto Calco, idealizado por Alice Príncipe Barbosa, visava automatizar os processos de catalogação em bibliotecas brasileiras, através da implantação de um formato de descrição de dados baseado no Marc II (Machine Readable Cataloging) da LC. Com a automação, o intercâmbio de dados seria facilitado e um grande passo para a cooperação técnica em grande escala seria dado, com os padrões de catalogação adotados nas diversas bibliotecas convergindo para um só. A ideia era criar uma central de processamento de dados, que recebesse as folhas de entrada de dados com as descrições bibliográficas das bibliotecas cooperantes, codificasse e inserisse num catálogo coletivo. Os registros desse catálogo seriam distribuídos em escala nacional. Em 1971, Alice Príncipe Barbosa apresentou o projeto no VI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e, em 1972, defendeu sua dissertação de mestrado sobre o mesmo tema. Na ocasião, já estava formada uma rede de trabalho para o projeto-piloto, formada pelo Instituto Nacional do Livro (INL) e Biblioteca Nacional (Barbosa, 1972). A adoção do formato Calco impulsionou as discussões por uma padronização mais rígida da catalogação, e um grupo de trabalho formado pelo INL, BN, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros ficou encarregado de uniformizar suas normas de catalogação em torno do AACR, modelo escolhido para tornar o Calco compatível com outros projetos similares.

Em 1975, uma reunião de especialistas para implementação do programa NATIS (Sistemas Nacionais de Informação) da Unesco decidiu que o Calco seria o formato de automação padrão para as bibliotecas brasileiras. No ano seguinte, a coordenação do projeto passou a ser do Ministério da Educação e Cultura, através de convênio entre o próprio MEC e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), e a prioridade passou a ser o desenvolvimento do formato padrão de modo a atender as necessidades da Biblioteca Nacional. Em paralelo, a Fundação Getúlio Vargas já vinha trabalhando no projeto Bibliodata, inicialmente visando a automação de suas bibliotecas utilizando o formato Calco. Entretanto, o apoio e o interesse de diversas outras instituições na implantação do formato acabaram gerando uma grande rede de cooperação, a Rede Bibliodata/Calco, implantada e gerenciada pela própria FGV.

A Biblioteca Nacional aderiu oficialmente à Rede em 1982, ano em que adotou o AACR2 como padrão de descrição bibliográfica em conjunto com as demais bibliotecas cooperantes. A consolidação do conceito de cooperação bibliográfica acabou por reforçar a necessidade de padrões não só para a catalogação, mas também para a descrição temática dos

documentos – uma tendência já sentida desde os tempos do SIC. Foi o impulso necessário para a BN incorporar uma de suas tarefas como biblioteca nacional e passar a atuar como referência também em cabeçalhos de assunto. Também em 1982, com a implantação do projeto CAU – Cabeçalho de Assunto Unificado, a BN iniciou o desenvolvimento de sua própria lista de cabeçalhos de assunto, baseada na Library of Congress Subject Headings (Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso). O uso desta lista foi sistematizado não só em âmbito interno como para utilização pelas bibliotecas participantes da Rede Bibliodata. A normatização dos cabeçalhos de autoridades já era feita internamente desde a década de 1960 (Bettencourt, 2011).

Em 1994, a mudança de software operacional da FGV causou uma interrupção nos serviços às demais bibliotecas, o que forçou a Biblioteca Nacional a estudar outras opções de automação que lhe dessem mais autonomia. A escolha recaiu sobre o software OrtoDocs, compatível com o formato Marc e que integrava todas as etapas do processamento técnico. A migração do Calco para o Marc deu-se em 1995 e, paulatinamente, os catálogos de autoridades e assuntos foram sendo incorporados à nova plataforma. Com a migração para o sistema InterDocs – versão do OrtoDocs baseada na web –, a Biblioteca Nacional pôde disponibilizar seus catálogos na Internet em 1999 – logo após o lançamento de seu website, ocorrido em meados de 1998.

Ainda em 1999, a BN deu mais um passo importante para firmar sua atuação como centro nacional de informação bibliográfica. A fim de promover o compartilhamento de informações e a cooperação na catalogação em nível nacional, a Biblioteca Nacional criou o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas, também chamado de Rede BN Marc. O objetivo do Consórcio é apoiar o desenvolvimento e manutenção dos acervos automatizados no Brasil, permitindo às bibliotecas conveniadas o compartilhamento dos recursos de catalogação da BN. Seguindo o modelo da LC, as instituições participantes do Consórcio podem copiar ou baixar registros bibliográficos de todas as bases de dados da FBN, inclusive das bases de controle de assuntos e autoridades, em formato ISO 2709, ANSI Z39.2 ou MarcXML.

Inicialmente, o Consórcio foi desenhado para apoiar a automação das bibliotecas públicas, uma vez que a gestão do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é também uma competência da Fundação. Entretanto, no ano 2000 a Biblioteca Nacional recebeu solicitação da CBBU – Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – para apreciar a possibilidade de participação também das bibliotecas universitárias, movimento que foi atendido. Aos poucos, demais instituições foram também aderindo e atualmente o Consórcio agrega cerca de

150 bibliotecas, incluindo principalmente instituições públicas, bibliotecas públicas estaduais e municipais e bibliotecas universitárias.

São inegáveis as vantagens para as bibliotecas que copiam os dados das bases de dados da BN. A adoção dos registros executados pela agência bibliográfica brasileira facilita a formação de um banco de dados bibliográfico consistente em todas as unidades, uma vez que reduz os custos do processamento técnico e garante a uniformidade dos dados. Além disso, a convergência da terminologia utilizada tanto na BN quanto na LC permite aos bibliotecários catalogadores a familiarização com os termos usados em outras grandes redes de informação bibliográfica.

A extensão do catálogo da BN é outro ponto crucial para a sua adoção como catálogo referencial. Atualizados principalmente pelas publicações recebidas através do Depósito Legal, o catálogo da BN tem crescido numa taxa média de 35 mil registros ao ano, compreendendo atualmente cerca de 1 milhão de obras, 40 mil entradas de terminologia e 250 mil autoridades. O catálogo de terminologia é bilíngue, com remissivas para os termos utilizados na LC, e assim como o catálogo de autoridades, apresenta *links* automáticos para a base bibliográfica. Sem dúvida, uma fonte inestimável de informação.

Outra iniciativa da FBN para promover a automação de bibliotecas, em especial as públicas, foi o desenvolvimento do software bibliográfico BibLivre. Gratuito, lançado em 2005 e desenvolvido em código aberto, o software pretende prover o instrumental para gerenciar todos os processos dentro das bibliotecas de pequeno e médio porte, desde a aquisição de material até a circulação de documentos. A versão 3.0, lançada no final de 2010, apresenta melhoramentos nos catálogos, trazendo inclusive catálogos de autoridades e terminologia. O software tem boa aceitação no mercado, sendo distribuído também pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP – coordenado pela FBN) e utilizado atualmente por mais de 2 mil bibliotecas brasileiras e de países lusófonos.

Observações finais

Apesar de termos visto como algumas iniciativas conseguiram mobilizar a classe bibliotecária brasileira, outras grandes causas como a criação de um código nacional de catalogação – a exemplo do ocorrido em diversos países europeus – ainda não encontraram uma base de trabalho resistente para se desenvolver. Podemos pensar nisto como uma herança da postura prática incutida pela formação do bibliotecário brasileiro, desacostumado a pensar sua práxis, mais familiarizado com o dia-a-dia da profissão do que com a reflexão em torno

dela. Entretanto, os movimentos precisam começar. As discussões atuais em torno dos códigos e padrões de catalogação deveriam movimentar a todos, uma vez que as propostas envolvem práticas diretamente afeitas ao cotidiano da classe.

Para o Consórcio, em especial, grandes avanços no compartilhamento da Rede são esperados com o investimento do Governo brasileiro nas bibliotecas públicas. O programa Livro Aberto, operado pelo SNBP, tem como proposta implantar bibliotecas nos municípios que não as tenham, bem como modernizar as bibliotecas municipais já existentes. Com isso, espera-se atingir a meta de nenhum município brasileiro sem biblioteca. Os municípios beneficiados com a implantação das bibliotecas recebem kits contendo, além de um acervo mínimo, equipamentos de informática e mobiliário para operação e atendimento. Em contrapartida, os prefeitos se comprometem a dispor do espaço adequado para que a biblioteca funcione, além de outras propostas como a de providenciar vagas para bibliotecários habilitados. Com isso, cresce não só o mercado para os profissionais, mas também a oportunidade de formar gerações de leitores. Uma tarefa difícil, mas que a consciência do poder do compartilhamento de informações é capaz de executar.

REFERÊNCIAS

Barbosa, Alice Príncipe (1972). **Projeto CALCO**: adaptação do MARC II para implantação de uma central de processamento de catalogação cooperativa. 1972. 81 p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

Barbosa, Alice Príncipe (1978). **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart.

Bettencourt, Angela Monteiro (2011). **A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil**: do documento tradicional ao digital. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional (Brasil) (1903). **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 25.

Biblioteca Nacional (Brasil) (1919-20). **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 41-42.

Biblioteca Nacional (Brasil) (1897). Resumo historico. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 19.

Biblioteca Nacional (Brasil). **Plano do catalogo systematico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1883.

BibLivre. Disponível em: <<http://www.bibliivre.org.br/joomla/>> .

Cabral, Alfredo do Valle (1876-1877). Relação dos mappas, chartas, planos, plantas e perspectivas geographicas, relativas á América Meridional, que se conservam na secção de mss. da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 1, 321-334.

Fundação Getúlio Vargas (n.d) **Histórico**. Disponível em:
<<http://www8.fgv.br/bibliodata/geral/modelos/historico.htm>>.

Oddone, Nanci Elizabeth (2004). **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 157 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Sambaquy, Lydia de Queiroz (1951). Catalogação cooperativa e catalogação centralizada. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 3, n. 2, 36-39.

Sambaquy, Lydia de Queiroz (1949). O Serviço de Intercâmbio de Catalogação: uma cooperativa entre bibliotecas. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 136-137.